

A Filologia e o estudo de Requerimentos do Arquivo Histórico Ultramarino

Philology and the study of Requirements of the Overseas Historical Archive

Eliana Correia Brandão Gonçalves*
Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil

Resumo: O artigo apresenta considerações sobre a notabilidade da Filologia na organização de edições de Requerimentos históricos do Conselho Ultramarino, que registram uma complexa rede histórico-cultural e linguística. Nesse viés, a ação transformadora da atividade filológica reverbera lampejos críticos nas discontinuidades dos diversos tempos do texto – tempo de produção, tempo de recepção e tempo de análise – e no reconhecimento das variadas lutas políticas dos nossos semelhantes, lugares de memória e territórios de identidade. No âmbito dessas conceituações e reflexões, a leitura filológica é dinâmica e plural, buscando desvelar no multiverso do texto os seus rastros e as suas significações políticas. Para tanto, será examinado o Requerimento do escravo Francisco da Cruz ao príncipe regente [D. João] que solicita proteção régia contra as injustiças praticadas por seu senhor Antônio da Cruz Veloso.

Palavras-chave: Filologia. Significações políticas. Edição de textos históricos. Requerimento. Arquivo Histórico Ultramarino.

Abstract: The article presents considerations about the notability of Philology in the organization of editions of Historical Requirements of the Overseas Council, which register a complex historical-cultural and linguistic network. In this way, the transforming action of philological activity reverberates with critical flashes in the discontinuities of the different times of the text - time of production, time of reception and time of analysis - and in the recognition of the varied political struggles of our fellow men, places of memory and territories of identity. In the context of these conceptualizations and reflections, philological reading is dynamic and plural, seeking to reveal its traces and political meanings in the multiverse of the text. To this end, the requirement of the slave Francisco da Cruz to the prince regent will be examined [D. João] who asks for royal protection against the injustices practiced by his lord Antônio da Cruz Veloso.

Keywords: Philology. Political meanings. Editing of historical texts. Application. Overseas Historical Archive.

* Professora Adjunta da Área de Filologia Românica da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura – PPGLinC – do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia; Coordena o Grupo de Estudos Filológicos e Lexicais (GEFILL – UFBA), Salvador, BA, Brasil; elianabrand7@gmail.com.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A produção de um texto envolve uma complexa rede histórico-cultural e linguística, que inclui sua materialidade, mas também suas condições de produção e circulação social. E, se o texto é produzido para ser lido, é preciso pensar na história dos sujeitos – escreventes, destinatários e leitores – nas narrativas históricas registradas nesse texto e nos contextos de produção socioculturais. A proposta do artigo é apresentar considerações sobre a notabilidade da Filologia na organização de edições de Requerimentos históricos que registram rastros da violência em contextos de escravatura, no período oitocentista. Nesse viés, o trabalho filológico parte do mapeamento das fontes documentais que testemunham indiretamente os vestígios dessa violência.

Na composição de produtos editoriais, resultantes desse mapeamento, seleção e interpretação de Requerimentos, o filólogo dá destaque à relevância da constituição de *corpora* de textos, que historicam variados modos de violências e de confrontos e tensões políticas e culturais – reiterando o papel da Filologia no estudo de documentos históricos oitocentistas. Desse modo, a pesquisa filológica com Requerimentos históricos que tematizam a violência no contexto da escravatura potencializa alguns interrogantes críticos:

1. Por que no estudo de documentos históricos acolhemos a relevância da atividade filológica?
2. Qual a importância do comprometimento ético, político e histórico do editor, na escolha do que editar?
3. Como reavaliar os rastros das narrativas da violência histórica em contextos de escravatura no Brasil?
4. Por que o nosso contemporâneo clama pela recuperação de fontes textuais e pela democratização de produtos editoriais resultantes de uma mediação filológica criteriosa e consciente?

Antes de responder às questões delineadas, é preciso lembrar que o texto, objeto cultural e de estudo do filólogo, é também um espaço de reflexão sobre os rastros da história política e social dos sujeitos e das línguas, nas mais variadas formas e discursos. Para tanto, será examinado um documento do Conselho Ultramarino, catalogado pelo *Projeto Resgate* em 2009, constante em um dos fundos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, que possui o maior número de documentos sobre o Brasil colonial e imperial em arquivos estrangeiros.

O Requerimento do escravo Francisco da Cruz ao príncipe regente [D. João] solicita proteção régia contra as injustiças praticadas por seu senhor Antônio da Cruz Veloso. O texto histórico em análise mostra que os discursos políticos das instâncias institucionais entram em conflito com as reivindicações e os discursos da comunidade negra escravizada e/ou liberta. Portanto cada produção manuscrita é compreendida diretamente como a materialização dos discursos institucionais, mas também indiretamente como os vestígios dos movimentos discursivos de resistência dos escravizados e libertos.

2 O PAPEL POLÍTICO-SOCIAL E HISTÓRICO DA FILOLOGIA

Nesse revisitar dos Requerimentos históricos do Conselho Ultramarino, são trazidas cenas das narrativas que testemunham o horror das relações de poder sobre o corpo negro e escravizado como força de produção, e os vestígios dos movimentos de confrontos que emergem desses escravizados, como formas de enfrentamento e resistência da população negra contra a desumanização e as ações violentas e punitivas por parte de seus senhores e das autoridades locais.

O filólogo, portanto, analisa a materialidade histórica do texto escrito e interpreta e explora “o que pode estar oculto, incompleto, mascarado ou distorcido em qualquer texto” (Said, 2007, p. 82), com base na língua, dialogando com a história da cultura e refletindo sobre outras dimensões do texto. Assim, na mediação promovida pelo trabalho filológico de editar textos, faz-se necessário um jogo interlocutório que articula a história das transmissões textuais, a história social e a história da língua (Pons Rodríguez, 2006).

É nesse contexto que o filólogo assume um papel ímpar, pois sua atividade irá reivindicar a necessidade de uma análise teórico-metodológica interpretativa, dialógica, comparativa e contrastiva dos textos históricos, mas também a observação atenta dos usos linguísticos e sociais da escrita, com o fim de ampliar a compreensão crítica dos contextos de produção e circulação dos documentos. Nesse caminho, vão sendo tecidas outras histórias e outras memórias, reiterando o lugar político, social, histórico e linguístico da Filologia na elaboração de edições fidedignas com critérios cuidadosos (Fachin, 2009; Cambraia, Cunha; Megale, 1999).

O texto, nessa perspectiva, é entendido como um entre-lugar, não podendo ser “[...] dissociado de certa configuração ideológica, na proporção em que o que é dito depende de quem fala no texto e de sua inscrição social e histórica [...]” (Reis, 1992, p. 69). Portanto, cada produção textual é resultante da cultura, do tempo e do espaço, permitindo uma mediação multidisciplinar, entre as diversas abordagens filológicas e as abordagens históricas, políticas, culturais, paleográficas, diplomáticas e linguísticas. Nessa linha, operando com procedimentos críticos e metodológicos da Filologia, é evocada a proposta desenvolvida, em 2017, em um artigo, que traz à cena o termo *filólogo-híbrido*, entendido como aquele que “apresenta e negocia uma práxis mediada pela edição e pela leitura interpretativa, crítica e histórica dos textos, por conta da sua prática identitária nômade [...]” (Gonçalves, 2017, p. 201).

Nesse conceito proposto ao termo, ser-sendo filólogo híbrido hoje é, na prática editorial, multiplicar as perguntas sobre o nosso objeto, o texto, indicando-se no contexto de produção, o quem, o onde, o quando e o porquê. É pluralizar o conceito de memória e de história, é convocar os rastros dos sujeitos nas discontinuidades das marcas dos tempos no texto, é reinterpretar e reavaliar, sem cessar, os procedimentos adotados no decorrer de suas leituras, é dialogar com outros territórios disciplinares, desconfiando e destronando as verdades que se insinuam no texto e, portanto, é se interrogar e se reinventar o tempo inteiro, enquanto sujeito-pesquisador, visto que cada texto apresenta seus rastros e suas tramas.

O conceito filólogo-híbrido ganha energia política à medida que nosso contemporâneo clama pela democratização dos produtos editoriais, pois essa ação acadêmico-científica e política interessa aos pesquisadores do texto ou da língua do

texto, mas também ao público em geral, pois é preciso conhecer outras narrativas silenciadas para interrogar os rastros dispersos de violência histórica contra a nossa população negra.

Essa reflexão é necessária e urgente em nosso campo de estudos, pois da mesma forma que precisamos assumir um papel de mediação e curadoria do texto histórico, através do resgate e da edição das memórias de violências, a Filologia atual precisa também, por extensão, assumir conceitualmente um papel político, sobrevivendo e resistindo como potência crítico-analítica, mas também sentindo o que o mundo atual nos interroga, indo para além da edição do texto, pois ser-sendo, sentindo e democratizando os produtos editoriais é que nós somamos às necessidades e expectativas do mundo contemporâneo. E, do mesmo modo que a potente voz do campo filológico se soma a outras vozes de vários campos disciplinares, a ação transformadora dos filólogos reverbera lampejos críticos nas descontinuidades dos diversos tempos do texto – tempo de produção, tempo de recepção e tempo de análise – e no reconhecimento das variadas lutas políticas dos nossos semelhantes, lugares de memória e territórios de identidade. No âmbito dessas conceituações e reflexões, a leitura filológica é dinâmica e plural, buscando desvelar no multiverso do texto os seus rastros e as suas significações. Essa reflexão inquietante nos lembra Didi-Huberman (2011, p. 67): “[...] o que mais pedir a um filósofo [ou poderíamos dizer a um filólogo] senão inquietar seu tempo, pelo fato de ter ele próprio uma relação inquieta tanto com sua história quanto com seu presente?”.

Então, como ficar indiferente ao pulsar do humano no texto e como não se inquietar diante dos lampejos das narrativas articuladas e desarticuladas dos sujeitos?

3 TEXTOS E NARRATIVAS SOBRE A VIOLÊNCIA EM CONTEXTOS DE ESCRAVATURA

Nessa busca pelos rastros, é possível resgatar os vestígios de violências para reconstruir e reavaliar parte dessas narrativas dispersas desses sujeitos ausentes na documentação histórica, através da atividade crítica e filológica. E, se as narrativas constroem diversas histórias, leituras e variáveis, “resgatar o passado é transformá-lo pela simples evocação, [...]”, pois “todo documento histórico é uma construção permanente” (Karnal; Tatsch, 2011, p.12). Portanto, a atividade filológica cria confrontos políticos e culturais, visto que o documento poderá ser estudado “enquanto instrumento de poder” (Le Goff, 1996, p. 547) e de conscientização político-cultural.

Para Gumbrecht (2007), o texto é ao mesmo tempo objeto material e caminho para o desenvolvimento da atividade filológica. Nesse viés, essa prática, ao mesmo tempo subjetiva e político-cultural, de selecionar e editar os fragmentos textuais da história requer comentários filológico-históricos e reflexões sobre o fazer e o ensinar as narrativas históricas.

Portanto, consciente dessa prática interpretativa, diante de diversos tipos de textos e do inegável distanciamento cronológico entre produção escrita e acesso ao texto, o filólogo sabe que suas opções do que editar e como editar são significativas para a divulgação dos fragmentos textuais e das narrativas históricas, pois indicam trilhas e caminhos de mediação de leituras aos leitores das comunidades, em diversos

séculos, contribuindo para o complexo e ambíguo processo de formação de identidades de seus leitores especializados e do público em geral.

Os Requerimentos oitocentistas do Conselho Ultramarino são fontes textuais manuscritas que fazem parte de um patrimônio cultural comum. Eles expressam contextos discursivos da organização político-administrativa, eclesiástica, militar e judicial da colônia, viabilizando a interpretação dos dispositivos de instrumentos legais e diplomáticos que regulavam ou não o cotidiano da Bahia. No cumprimento desse papel político da Filologia, as nuances interpretativas trazidas para a cena da edição desses Requerimentos explicitam leituras explicativas e inclusivas de documentos históricos de teor político-social da administração pública brasileira – legitimando a relevância dos enfrentamentos e da resistência, em contextos de escravatura – assentando-se em consistentes reflexões sobre a subjetivação que permeia a produção, a circulação e a recepção dos discursos conflituosos, na relação dialética entre identidade e alteridade.

Nesse caminho, as inscrições da violência não estão exclusivamente vinculadas aos embates corporais, mas também ao cercear das vozes, à interdição da palavra, do discurso (Orlandi, 2006; Foucault, 2004), tornando-se necessário que os sujeitos construam mecanismos de resistência. A própria legalização histórica da violência contra a população negra se instaura por meio de práticas discursivas, jurídicas e sociais que historicamente privam os sujeitos de seus direitos e desumanizam “os corpos dissidentes, descontentes e silenciados pelos contextos de escravatura, vigilância e violência, paradoxalmente não intimidados nem derrotados, que resistiram à opressão por parte dos poderes instituídos” (Gonçalves, 2018, p. 155).

A propósito, vale lembrar que uma das dificuldades de se trabalhar com a questão da violência, em contextos de escravatura, se dá justamente pela ausência da voz direta do povo negro na documentação histórica. No entanto, a ausência dessa voz na documentação remanescente também pode ser interpretada como uma forma de violência, pois fica encoberta a participação política, ativa e ímpar da nossa população negra na historiografia brasileira. Mas, o silêncio tem muito a dizer, e essas vozes continuam ecoando em nós, cada vez mais alto.

Essa ausência de registros diretos silencia a contribuição e a atuação da comunidade negra na construção econômica, social, cultural e democrática do nosso país, suas ações de força e resistência, sendo, portanto, necessárias a edição e a interpretação criteriosa dessa documentação remanescente. Dessa forma, na construção dessa trama que não vivenciamos, o filólogo buscará não apenas o que está registrado, mas também os rastros do silêncio, pois o silêncio também incomoda, desconcerta e nos faz questionar o porquê do silêncio dessas ações.

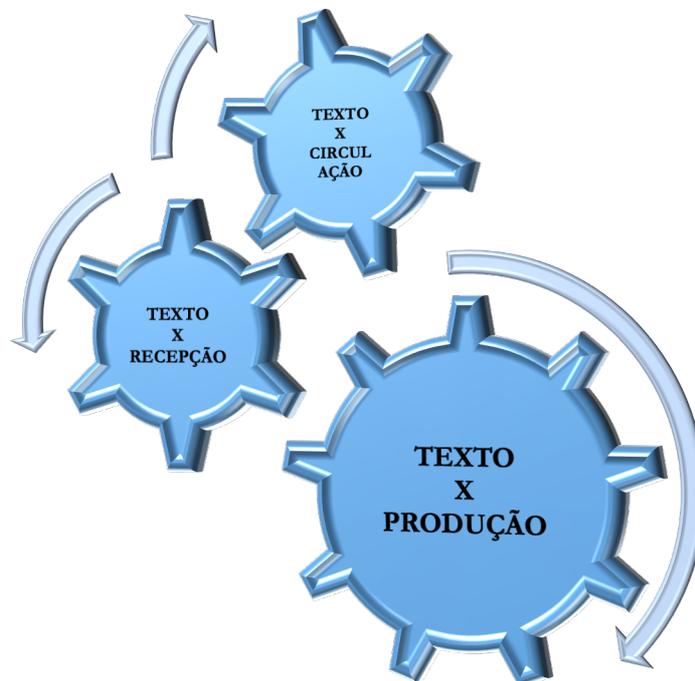
Seguindo essas trilhas, é preciso tencionar as ordens discursivas que permeiam a escrita, suas finalidades, pluralidades de uso e as matérias da escrita. Nesse viés, é mobilizada aqui outra formulação teórica de caráter explicativo, com base no conceito de engrenagem filológica, que nos leva a pensar como o filólogo-editor considera o eixo textual como resultante da cultura, do tempo, do espaço, da história e da língua, sendo necessário averiguar, no contexto arqueológico da atividade filológica de editar, a relação articulada entre textos e os diversos modos de transmissão de movimento de produção, circulação e recepção, sem esquecer de suas materialidades e de suas inscrições.

Essa engrenagem filológica e interpretativa demanda campos de forças diferentes e mutáveis para funcionar e opera em pares articulados e paralelos – Filologia e História, Filologia e Linguística, Filologia e Paleografia, Filologia e Diplomática, Filologia e Léxico e Filologia e Discurso etc. – que se cruzam diretamente ou transversalmente por um eixo, o texto, que, por sua vez, permite movimentos constantes, contínuos e uniformes, além da transmissão de diversos movimentos de articulação e desarticulação, de aceleração e desaceleração, na análise crítica da tradição textual – a depender dos materiais disponíveis – e no estabelecimento de normas editoriais, norteador do processo de leitura filológica.

No cenário dessa engrenagem filológica, na elaboração de edições,

[...] é preciso avaliar questões como tipologia textual, gênero textual, processo de produção, circulação e recepção dos textos, normas ortográficas utilizadas na época de produção do texto, *usus scribendi*, além da necessidade de recorrência às obras lexicográficas e gramaticais para elucidação de certas unidades lexicais localizadas nos textos. Mas, por vezes, para elucidar os contextos linguísticos e discursivos que figuram no texto histórico, [...] o filólogo-linguista pode seguir caminhos críticos que o conduzirão a diferentes edições que se destinam a públicos diferenciados e que, portanto, desempenham diferentes funções. (Gonçalves, 2019b, p. 15)

Nessa engrenagem, a escrita, registrada em suportes variados, ocupa diversas funções que a vinculam aos seus produtores e leitores e às funções sociais e políticas por eles assumidas:



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 1 – A Engrenagem filológica.

Assim, o texto mobiliza o encontro direto e indireto de diferentes áreas, com vistas a viabilizar outros caminhos para o estudo das práticas de leitura e escrita. E,

portanto, essa engrenagem filológica demanda esse compromisso ético e político do filólogo, visto que o conhecimento do maior número de narrativas, presente nos textos editados e divulgados, possibilita o reconhecimento do papel histórico e cultural daquele grupo, promovendo principalmente reconfigurações históricas, outras formas de confrontos, enfrentamentos e negociações e reavaliações políticas em nosso país. A propósito, Chartier já destaca os desafios éticos e políticos daqueles que trabalham com a escrita, asseverando sobre a importância de se reavaliar “aqueles que a miséria do mundo e a brutalidade das leis deixaram sem documentos” (Chartier, 2010, p. 22).

Nesse caminho da cenografia da repressão, a violência estrutural e institucional em contextos de escravatura se constitui a partir da submissão do corpo negro e cativo que é visto como força de produção, pois o crescimento institucional estava vinculado à escravização da população negra. Os rastros dessas narrativas foram registrados nos fólios dos textos históricos e inscritos e tatuados no corpo negro. Nesse contexto de confrontos político-culturais e históricos, é destacado o papel da Filologia na leitura crítica dos textos históricos e da composição de produtos editoriais.

4 REFLEXÕES A PARTIR DA EDIÇÃO DE REQUERIMENTO DO CONSELHO ULTRAMARINO

Com a abertura de vários arquivos e com a organização de acervos sobre a historiografia baiana, em séries documentais, são propostas novas linhas de investigação que, a exemplo da pesquisa desenvolvida por Aras, trouxeram a questão da violência em contextos da escravatura, destacando os sujeitos escravizados “que se envolveram nos movimentos de contestação à ordem, de disputa do poder e por alterações na estrutura do Estado”, mas também o movimento de “setores da sociedade reunidos em torno de pautas gerais e específicas para os distintos setores da população” (Aras, 2012, p. 152, 153).

Desse modo, é importante avaliar como os documentos produzidos no âmbito da administração colonial na Bahia demandavam atos e ações de controle social e político sobre os sujeitos escravizados e libertos, no início do século XIX, mas também embasados em atos legais, mostram as petições de providências dos sujeitos libertos às autoridades públicas, contra o descumprimento de atos legais e abusos de poder, como pode ser visto em Requerimentos produzidos nesse período. E, para isso, é preciso compreender o Requerimento (post. 1800) como um documento escrito e informativo, com o fim de pedir judicialmente algo a alguma autoridade pública. Segundo Bellotto (2002):

REQUERIMENTO - documento diplomático informativo, peticionário, ascendente. Instrumento que serve para solicitar algo a uma autoridade pública e que, ao contrário da petição, está baseado em atos legais ou em jurisprudência. Muitas vezes, o requerimento faz menção a esses atos, que toma como base jurídica. Embora a definição possa ser a mesma para os requerimentos antigos e os atuais, o seu discurso é um pouco diferente num e noutro caso. Nos requerimentos da antiga administração colonial temos: Protocolo inicial: nome e qualificação do requerente. No caso da documentação colonial, muitas vezes o requerimento contém a palavra Diz antes do nome do interessado. Texto: a narração aludindo aos direitos e/ou interesses do signatário naquilo que pede. O pedido, à

guisa de dispositivo. Protocolo final: ERM (e receberá mercê) e a assinatura do requerente (ou não) e data cronológica ausente. Nos requerimentos atuais, a estrutura do texto é: protocolo inicial: titulação e nome da autoridade a quem está dirigido o requerimento. Texto: nome, qualificação profissional e função do interessado. “Requer...”, seguindo-se a exposição da solicitação, fazendo alusão ao seu embasamento legal. Protocolo final: as palavras “Nestes termos. Pede deferimento”. Datas tópica e cronológica (Bellotto, 2002, p. 86).

No âmbito baiano da segurança, Brito (2016, p. 25) destaca que “[...] a existência de um conjunto de leis que se dirigiam especificadamente à população africana que vivia na Bahia pode nos revelar muitos conflitos, crenças e interesses presentes naquela sociedade”. Portanto, o estudo dos tipos documentais pode sugerir novos dados e pistas de violência contra os escravizados e os libertos na Bahia, portanto é preciso pensar não apenas na pluralidade de fontes, mas nos sujeitos que compõem essas cenas.

O Requerimento (post. 1800) do escravizado Francisco da Cruz ao príncipe regente [D. João] registra a solicitação da proteção régia contra as injustiças praticadas por seu senhor Antônio da Cruz Veloso. Para ter acesso às narrativas registradas no texto foi escolhido o modelo de edição semidiplomática¹ utilizada como corpus pelo público especializado, a exemplo de linguistas e outros especialistas, para fins de análise e interpretação. A edição semidiplomática é um produto editorial de mediação intermediária, que conserva as características linguísticas do texto – como a ortografia e a pontuação – além de sua constituição gramatical e lexical. A edição semidiplomática pode ser antecedida da edição fac-similar, reprodução mecânica do documento, e pode vir acompanhada de outro produto editorial de caráter modernizador, com o fim de dinamizar a leitura do texto para o público não especializado, a exemplo da edição interpretativa, em textos com

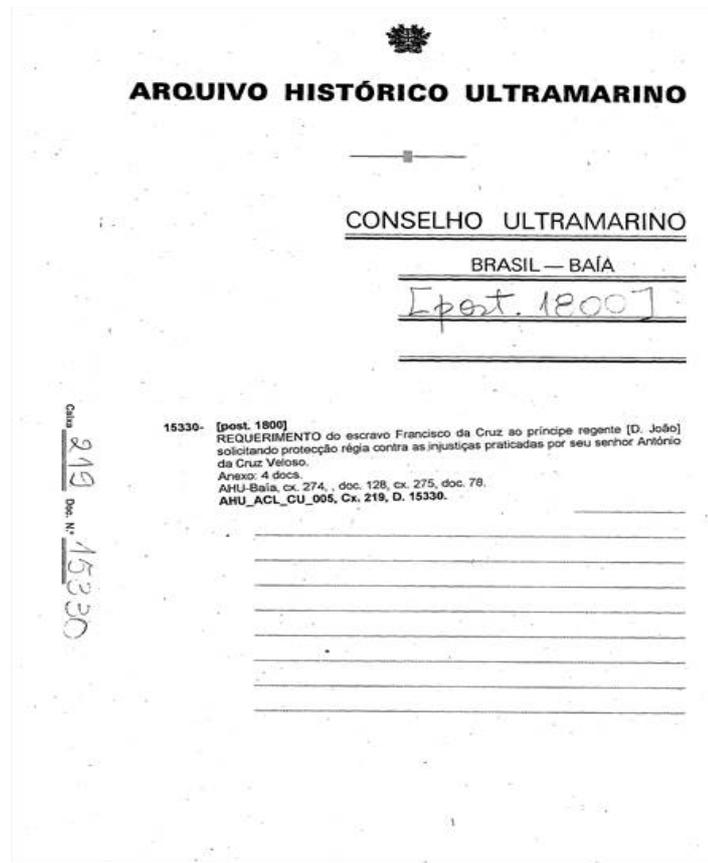
¹ A edição do documento foi elaborada a partir de normas estabelecidas pelo Grupo de Estudos Filológicos e Lexicais – GEFILL – UFBA, com base nas normas para transcrição de documentos manuscritos para a história do português do Brasil (Cambraia; Cunha; Megale, 1999, p. 23-26), com algumas adaptações que se fizeram necessárias. Critérios de edição: 1. A transcrição será conservadora. 2. As abreviaturas, alfabéticas ou não, serão desenvolvidas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas na abreviatura, obedecendo aos seguintes critérios: a) respeitar, sempre que possível, a grafia do manuscrito, ainda que manifeste idiosincrasias ortográficas do escriba. 3. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver. 4. A pontuação original será rigorosamente mantida. 5. A acentuação original será rigorosamente mantida. 6. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original. 7. Inserções do *scriptor* ou escrevente na entrelinha ou nas margens superior, laterais ou inferior entram na edição entre os sinais < >, na localização indicada. 8. Intervenções de terceiros no documento original, devem aparecer em nota de pé de página, informando-se a localização. 9. Intervenções do editor hão de ser raríssimas. 10. Letra ou palavra não legível justificam intervenção do editor na forma do item anterior, com a indicação entre colchetes: [ilegível]. 11. A divisão das linhas do documento original será preservada na edição. A mudança de fólio receberá a marcação com o respectivo número na sequência de duas barras verticais: ||1r. || 1v. |; 12. Na edição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco a partir da quinta. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor. 13. Os sinais públicos serão indicados em nota de pé de página. 14. Trecho não legível por deterioração receberá a indicação [corroidas ± quantidade de linhas]. Se for o caso de trecho riscado ou inteiramente anulado por borrão, mancha de tinta ou rasura, será registrada a informação pertinente entre colchetes e sublinhada; 14 As palavras transcritas por conjectura serão marcadas por chaves. 15 As abreviaturas serão apresentadas em notas de rodapé.

tradição monotestemunhal, e da edição crítica, em textos com tradição politestemunhal. Normalmente, nesse tipo de edição as abreviaturas são desdobradas com grifo – itálico, negrito ou sublinhado – por se constituírem como dificuldades para a leitura de textos do passado.

Para Gonçalves (2018, p. 160):

[...] o acesso aos fragmentos da memória por meio dos textos é realizado por meio de aparato teórico-metodológico mobilizado pelo editor para leitura do documento, norteando os conceitos de texto e tipo de edição. Ao assumir o tipo de edição, o editor também assumirá objetivos específicos, em nosso caso, edições de documentos históricos que não apaguem as marcas linguísticas do tempo no texto. [...] É importante também que o editor esteja comprometido com a adoção de critérios que atentem para as “peculiaridades do manuscrito” (Román Blanco, 1987, p. 19), mantendo todos os caracteres como sinais, letras e nexos, que possuam valor linguístico e histórico. Dessa forma, na relação entre crítica filológica e inferências, é necessária a explicitação dos critérios de edição que uniformizem as práticas e produções de grupos de trabalho, fixando e unificando diretrizes e convenções de transcrição e edição de documentos, por parte de pesquisadores que dependem de *corpora* editados para atestar fatos de língua, podendo se acrescentar registros e notas editoriais, para auxiliar o leitor na interpretação do texto, e trazendo também outros dados que esclarecem os contextos de produção do texto.

O Requerimento é uma cópia digitalizada. Apresenta escrita cursiva, com algumas ligaduras, traçado seguro e leve inclinação para a direita, com uma escrita que revela um escrevente com caligrafia regular e com habilidade com a arte da escrita. O texto apresenta no protocolo final o registro Francisco da Cruz. O Requerimento não é datado, porém há um registro, no verbete-resumo remetendo a instituição de guarda – Arquivo Histórico Ultramarino – e sinalizando que o documento é posterior a 1800, o que levanta a hipótese de que é o texto foi produzido no século XIX.



Fonte: Biblioteca Nacional – Texto de domínio público.

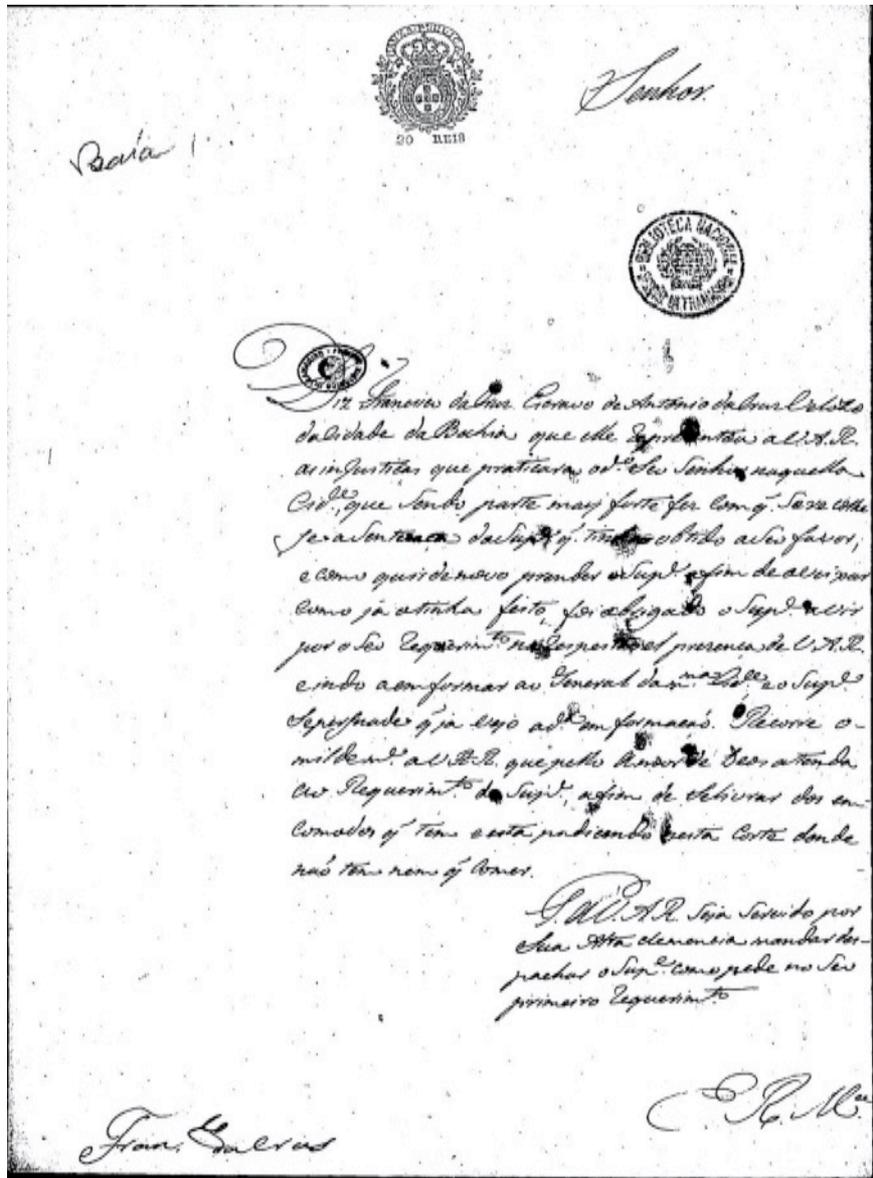
Figura 2 – Fac-símile do verbete-resumo do Requerimento (post. 1800).

O documento é apresentado em um fólio escrito no recto, pontuado e acentuado, e contendo 22 linhas. Na margem superior esquerda, há o registro da seguinte anotação, um pouco abaixo da linha 1: *Baía*; e a linha 1 registra, no ângulo superior direito, *Senhor*. O texto apresenta também manchas, rasuras e marcas de carimbos, provavelmente inseridos posteriormente no texto: o carimbo da Biblioteca Nacional, no ângulo superior direito, entre as linhas 1 e 2; o carimbo do Arquivo Histórico Ultramarino, no ângulo superior esquerdo, na altura da linhas 2, que atinge o ângulo superior da letra *D* do vocábulo *Diz*; e também há um tipo de carimbo em forma de brasão, na altura da linha 1, ao lado esquerdo do vocábulo *Senhor*, no qual se registra acima, CAUZA PÚBLICA, e abaixo, 20 REIS. Por fim, o manuscrito apresenta várias abreviaturas.

A história de um texto é complexa, pois sua produção está fundada no sujeito, na linguagem e no discurso. Em particular, os documentos históricos viabilizam o conhecimento de outros prismas historiográficos, pois “cada registro de um texto escrito constitui um *testemunho*” (Cambraia, 2005, p. 63) dos usos linguísticos, das imagens dos lugares e dos sujeitos conhecidos e anônimos que figuram nas narrativas históricas sobre o Brasil. Nessas curvas de descontinuidades temporais, ler criticamente os documentos históricos é nos reportarmos a um passado que não estivemos, buscando os rastros, pois esse é o lugar que nos restou para buscarmos os restos, os vestígios da memória fraturada, que o passado e o

tempo perpetuaram, e que só encontram visibilidade períodos depois, na reconfiguração e reavaliação das narrativas.

A seguir é apresentada a edição fac-similar do Requerimento (post. 1800).



Fonte: Biblioteca Nacional – Texto de domínio público.

Figura 3 – Fac-símile do Requerimento (post. 1800) - f. 1r.

Excerto da Edição Semidiplomática do texto
 || 1r. ||
 2 5 Senhor. 3

<Baía,>⁴

Diz⁶ Francisco da Cruz⁷ Escravo de Antonio da Cruz Velozo
 dacidade daBahia que elle r[ep]re[se]⁸ntou⁹ aVossa Alteza Real
 5 as injustiças que praticava o Seo senho[r¹⁰] naquella
 cidade, que sendo parte mais forte fez com que se re colhe
 se a sent[ença¹¹] do suplicante que tin[ilegível¹²] obtido aseo
 favor,
 e como quis de novo prender [o¹³]suplicante a fim de
 averiguar[?]
 como já otinha feito, foi obrigado o suplicante avir
 10 guar[?] o seu Req[ui]erimento n[a] [ilegível] presença de Vossa
 Alteza Real
 e indo aenforrmar ao General dasi [sic] sua Cidade e o suplicante
 seresgarde que já vejo aenformação. Recorre o-
 mildemente a Vossa Alteza Real que pello amor de Deos atenda
 ao Requerimento d[o¹⁴] Suplicante¹⁵, afim de selivrar dos en-
 15 comodos que tem e esta padecendo nesta Corte donde
 nao³ tem nem que comer.

Pede a Vossa Alteza Real seja servido por
 sua Alta clemencia mandar des-
 pachar o suplicante como pede no seo
 20 primeiro Requerimento [s.p.]¹⁶
 EsperaReceberMerce
 Francisco daCruz

Em contraponto às práticas de violência, silenciamento e privação dos direitos dos libertos, que persistem na manutenção e legalização da exploração e dominação humana, emergem práticas discursivas de enfrentamento que visam à defesa de existir. Assim, nesse estado de crise e de exclusão, são travadas lutas coletivas, em espaços de resistência, em diversos contextos e territórios.

Convocando os rastros do tempo, essas narrativas reiteram um fato já conhecido e divulgado, mas que continua a nos sensibilizar: a violência é um sintoma

² Há um tipo de carimbo em forma de brasão, na altura da linha 1, ao lado esquerdo do vocábulo Senhor, no qual se registra acima, CAUZA PÚBLICA, e abaixo, 20 REIS.

³ Na altura da linha 1, ao lado esquerdo do vocábulo Senhor, há a presença de um carimbo, no ângulo central e superior do fólio, que registra acima, CAUZA PÚBLICA, e, abaixo, 20 REIS. Entre as linhas 1 e 2, no ângulo direito, carimbo redondo da Biblioteca Nacional.

⁴ O vocábulo *Baía* é lançado no ângulo esquerdo, um pouco abaixo da linha 1.

⁵ Presença de marcas de carimbo da Biblioteca Nacional, no ângulo superior direito, entre as linhas 1 e 2.

⁶ Na altura da linha 2, presença de carimbo do Arquivo Histórico Ultramarino, que atinge o ângulo superior da letra *D* do vocábulo *Diz*.

⁷ Borrão acima da letra *C* no vocábulo *Cruz*.

⁸ Letras anuladas por borrão de mancha de tinta.

⁹ Presença de borrão, que atinge as letras *esen* do vocábulo representou, na linha 3, devido à tinta, inviabilizando uma leitura segura do vocábulo.

¹⁰ Borrão na letra *r*, no vocábulo *senhor*.

¹¹ Borrão em *ença*, no vocábulo *sentença*.

¹² Letras anuladas por borrão de mancha de tinta.

¹³ Borrão na letra *o*.

¹⁴ Borrão acima da letra *o* no vocábulo *do*.

¹⁵ Abreviatura *Sup^r*.

¹⁶ Sem ponto.

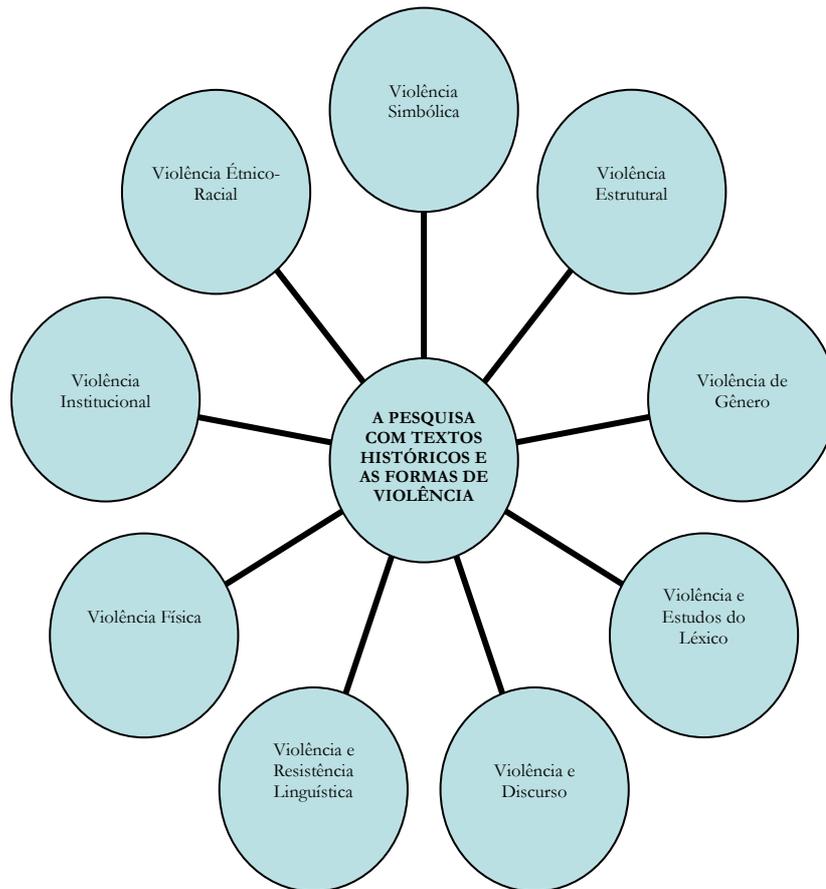
que nos golpeia. No contexto dos sujeitos escravizados e libertos, a violência foi utilizada como uma ação, um mecanismo com o fim de empregar intimidação e força contra grupos oprimidos, por meio de atos desumanos, que provocam sofrimento, medo, dor, opressão e cerceamento do direito dos libertos, em uma tentativa de fraturar os ossos e calar suas vozes.

Ademais, os vestígios de memórias narradas nesses Requerimentos históricos nos assombram, ao se reiterar as ações estruturais de violência étnico-racial e de gênero, que delinearão a ação da Coroa Portuguesa, contra aqueles que fizeram parte do processo de construção e expansão do Brasil: os negros, os índios e as mulheres.

Os textos históricos da administração pública, produzidos no século XIX, materializam essa atmosfera de violência decorrente das tensões políticas que produziram vários atos de revogação dos direitos dos sujeitos. Mobilizando os mecanismos de leitura, através da análise do Requerimento (post. 1800), em um primeiro momento, o que chama a atenção do leitor são os discursos de ódio e violência, produzidos e legitimados pelos poderes das autoridades senhoriais e locais na Bahia, e os abusos sofridos pelos libertos, por meio de um léxico de punição, através da unidade lexical *prender* (f. 1r, l. 7) e em construções como *injustiças que praticava o Seo senhor*, (f. 1r, l. 4); *que sendo parte mais forte naquella cidade fez com que se recolha| se a sentença do suplicante que tinha obtido a seo favor* (f. 1r, l. 5-6), *quis de novo prender o suplicante* (f. 1r, l. 7), impulsionando um universo sócio-político, que demanda medidas legais específicas, que não são cumpridas nem pelos senhores nem pelo governo da Província.

Mas, na contramão desse movimento de acorrentar e comercializar o corpo negro e a energia humana, desumanizar e subjugar os sujeitos escravizados e libertos e instituir ataques físicos e simbólicos, usando da violência e de estratégias de controle repressivo nessa região, são presenciados vários atos de enfrentamento, mostrando que nem mesmo a violência social e institucional inibiram as múltiplas formas de resistência individual e coletiva da população negra contra as condições aterrorizantes dos contextos de escravatura. (Alencastro, 2000; Tavares, 2008; Dantas, 2011)

Dessa forma, mergulhando nas entrelinhas da leitura dos Requerimentos históricos, o leitor é inquietado, por meio da prática editorial, a ir em busca das tramas históricas e participar da subjetividade discursiva que revela, de forma silenciosa, mas palpitante, a composição do corpo de luta e de resistência sócio-política dos sujeitos escravizados e libertos, em busca de soluções para os seus contextos de resistência e sobrevivência. Assim, diversos subtemas relacionados à violência são eixos de análise que nutrem essa pesquisa com Requerimentos do século XIX, em suas variadas etapas, como pode ser visualizado na figura a seguir:



Fonte: Elaborado pela autora com base nas pesquisas desenvolvidas no GEFILL-UFBA¹⁷.

Figura 4 - Os textos históricos e as diversas formas de violência.

Na opinião de historiadores como Tavares (2008) e Reis (1996), o contexto de escravização da população negra foi um dos mais violentos, visto que o corpo negro torna-se uma mercadoria, uma moeda de troca comercial que alimentava a criação de leis, cargos e órgãos institucionais, promovendo o lucro a custo da desumanização e silenciamento dos escravizados. Portanto, a Filologia, através da divulgação de edições de Requerimentos históricos, ao operar no tempo, entre a distância e a proximidade, rearticula e interpreta fontes textuais que se vinculam a sujeitos constituídos pela história. Nesse prisma, para desconstruir e reconstruir outras histórias e outras significações que circundam as descontinuidades dos textos históricos, no tempo, é produtivo o diálogo com Agamben (2009, p. 71), pois “[...] o contemporâneo coloca em ação uma relação especial entre os tempos”, é ele que “fraturou as vértebras de seu tempo (ou quem percebeu a falha ou o ponto de quebra)”, visto que “ele faz dessa fratura o lugar de um compromisso e de um encontro entre os tempos e as gerações”.

Desse modo, nutrir o mapeamento e a interpretação dessas narrativas é também uma forma política de comprometer-se e de dar voz aos silenciados pela história e pela documentação. O excerto a seguir mostra que além de Requerimentos

¹⁷ Cf. Instagram: <https://www.instagram/ge.fil.l>.

outros textos históricos do Conselho Ultramarino testemunham a violência em contextos de escravatura. Nesse contexto, em Carta do século XIX¹⁸ do governador das Armas da Bahia, Inácio Luís Madeira de Melo, ao rei [D. João VI] são expostos os últimos acontecimentos no Brasil, e especialmente na Bahia, alertando para o risco de se perder esta importante parte da Monarquia Portuguesa. A Carta (1822) narra que, diante das atrocidades cometidas pelas autoridades locais, os negros dão pistas, com ações físicas, discursivas e simbólicas (Bourdieu, 1989), de quererem se levantar e resistir, criando um clima de ameaça, desconforto e desassossego nas províncias baianas. Nesse caminho, invertem-se os papéis e os opressores passam a experimentar da inquietação promovida pelos levantes da população negra. Portanto, ao se analisar a Carta (1822), temos consciência de que as autoridades locais temiam que os movimentos contestatórios afetassem e trouxessem riscos aos seus modos de vida, fato que fragiliza a estrutura social escravista. Como pode ser lido:

|| 2r ||

70 O Povo desta Cidade continua a estar des-
çoegado, e o mesmo acontece no Reconcavo, para o
que os malvados concorrem indispondo de todas
as sortes o Povo com a Tropa, e naturaes da Europa, o que

|| 2v ||

75 o que me obrigou a publicar a Proclamação que re-
metto a Vossa Magestade. Os Negros tem da-
do em diferentes partes signaes de quererem levantar-
se, e no dia 19 de Março hua multidaõ d’elles apedre-
jou, em hum lugar mui publico desta Cidade, huma
80 procissão que era feita pellos Europeos, dissipando os
mesmos Irmaõs, e a Guarda o ajuntamento
Alem disto tem-se cometido outros insultos con-
tra Europeos¹⁹.

Assim, a análise de Cartas produzidas no âmbito da América Portuguesa também se constitui como um elemento importante no estudo dos movimentos de violência e resistência, principalmente por causa da sua diversidade de espécie de relações. Os documentos da administração pública, Requerimentos e Cartas, narravam tanto demandas políticas quanto religiosas das autoridades públicas e eclesiásticas, bem como questões privadas (Sanchis, 2000; Bellotto, 2002). Para Monte (2013, p. 218), no caso da Capitania de São Paulo, as Cartas narravam o próprio monitoramento e vigilância da população das vilas, mas também serviam como instrumento político para “os moradores que desejavam denunciar um crime ou apresentar sua defesa [...]”. A Carta (1822) em análise revela o crescimento do controle social, por meio da vigilância, mas sinaliza também para o crescimento das notícias de levantes de escravizados em busca da sua liberdade e de seus direitos.

¹⁸ Seleção parcial de dados obtidos e adaptados com base na pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida por Tamires Sales de Quadros - Bolsista CNPq, sob a minha orientação, durante o período de 2017-2018 e 2018-2019, com a catalogação e a transcrição de Cartas dos séculos XVIII e XIX.

¹⁹ Carta, 02.04.1822, f. 2r, L. 70 - 74; f. 2v, L. 75 - 83. Fundo: Projeto Resgate Barão do Rio Branco - Biblioteca Nacional Digital. (AHU_ACL_CU_005, Cx. 268, D. 18883 - 4 f).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência estrutural e a institucional afligiram historicamente a população negra, permitindo a reprodução do sistema escravista, mas, por outro lado, não é possível deixar de recontar os inúmeros vestígios e rastros das memórias dos movimentos de resistência, pois a luta dos escravizados e dos libertos é a luta pelos direitos humanos.

Em particular, a população negra ontem e hoje tem vivido grandes desafios, entre os quais resistir e se reinventar, mesmo diante de outros modos de exclusão e outras formas de trabalho escravo. Diante desse cenário atual, a leitura filológico-linguística e discursiva dos textos do Arquivo Histórico Ultramarino sinalizam outros caminhos da memória para ler a história, ler o nosso tempo. Nesse revés, a população negra vive hoje um tempo de desafios, de sobrevivência, de superação do racismo e de superação da intolerância.

Então, é preciso refletir sobre os legados da violência e do medo herdados do nosso passado colonial e imperial. Essas lembranças do passado nos fazem perceber que, se por um lado, o peso dessa herança nos conduz a cenas de exclusão e violência, na contemporaneidade, por outro lado, se o povo negro sobrevive é porque resistiu de forma heroica à opressão histórica do colonialismo, da escravidão e do racismo e às políticas do esquecimento instauradas em nosso país, por meio de lutas, gestos e ações de resistências que ainda se perpetuam em nossa história. Portanto, partilhar as leituras de Requerimentos históricos por meio de produtos editoriais é propor novas interpretações sobre a história de escravidão, luta e discriminação vivida no passado-presente por nós.

Desse modo, os estudos filológicos são imprescindíveis na leitura dos diversos documentos históricos, com os quais o filólogo se depara na sua reflexão crítica sobre as práticas e usos sociais da língua no escrito. Em diversos momentos da composição dos documentos há técnicas e ações editoriais que interferem na sua produção, transmissão e circulação, fazendo-nos ponderar que as narrativas, presentes nas fontes históricas, decorrem de ações coletivas passíveis de leituras críticas e interpretativas.

E, diante das novas reconfigurações do atual cenário político e social, temos de cumprir o papel social e político da Filologia de democratizar produtos editoriais que divulguem narrativas silenciadas e sustentem o discurso de resistência dos grupos minorizados, privados dos seus territórios, da sua língua, dos seus direitos, da sua história pelas ações violentas que institucionalizam historicamente a violência.

REFERÊNCIAS

Acioli VLC. A escrita no Brasil colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos. Recife: EDUFPE/ FUNDAJ/ Massangana; 1994.

Agamben G. O que é o contemporâneo? e outros ensaios. Honesko VN, tradutor. Chapecó: Argos; 2009.

Alencastro LF. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras; 2000.

Aras LMBde. Escravos nos movimentos federalistas. Bahia, 1832 – 1833. Politeia: História e Sociedade; 2012; 2(1):151-172. [citado 1 mar. 2018]. Disponível em: [http://www.snh2011.anpub.org/resources/anais/14/1299165598_ARQUIVO_AsideiasfederalistasnaBahiaoitocentista\(LinaAras\).pdf](http://www.snh2011.anpub.org/resources/anais/14/1299165598_ARQUIVO_AsideiasfederalistasnaBahiaoitocentista(LinaAras).pdf)

Bellotto HL. Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado; 2002. (Série Como Fazer, Vol. 8).

Bourdieu P. O poder simbólico. Tomaz F, tradutor. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil; 1989.

Brito LC. Temores da África: segurança, legislação e população africana na Bahia oitocentista. Salvador: EDUFBA, 2016.

Cambráia CN, Cunha AG, Megale H. Normas para a transcrição de documentos manuscritos para a história do português do Brasil. In: A carta de Pero Vaz de Caminha. São Paulo: Humanitas; 1999. p. 23-26. (Série Série Diachronica, Vol. 1)

Chartier R. Escutar os mortos com os olhos. Estudos Avançados. 2010; 24(69):7-30.

Chartier R. Os desafios da escrita. Moretto FML, tradutor. São Paulo: EDUNESP; 2002.

Dantas MD. Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda; 2011.

Didi-Huberman, G. Sobrevivência dos vaga-lumes. Nova VC; Arbex M, tradutor. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

Fachin PRM. Critérios de leitura de manuscritos: em busca de edições fidedignas. Filologia e Linguística Portuguesa. 2009; 10-11:237-262.

Foucault M. A ordem do discurso. Sampaio LFA, tradutor. 11 ed. São Paulo: Loyola; 2004.

Gonçalves ECB. Construção discursiva do ethos da autoridade institucional: poder, vigilância e revoltas escravas na Bahia. Letras de Hoje: estudos e debates em linguística, literatura e língua portuguesa. 2019a; 54(3): 350-358. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7726.2019.3.30947>

Gonçalves ECB. Diálogos entre Crítica Filológica e Linguística Histórica: construindo trilhas para o estudo linguístico de textos históricos. In: ATAÍDE, Cleber et al. (Orgs.) Estudos linguísticos e literários [recurso eletrônico]: caminhos e tendências. 1.ª ed. São Paulo: Pá de Palavra; 2019b, v. 1. p. 11-20.

Gonçalves ECB. Leitura crítico-filológica de Resolução de 1822: revoltas, vigilância, violência e punição na Bahia do século XIX. Filologia e Linguística Portuguesa. 2018; 20 (2): 153-174. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v20i2p153-174>.

Gonçalves ECB. Léxico e história: lutas e contextos de violência em documentos da Capitania da Bahia. ABRALIN. 2017; 16(2):191-218. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/rabl.v16i2.52006>.

Karnal L, Tatsch FG. Documento e história: a memória evanescente. In: Pinsky, CB, Luca TR de, organizadores. O historiador e suas fontes. 1.ª ed. São Paulo: Contexto; 2011.

Gumbrecht HU. Los poderes de la Filología: dinámicas de una práctica académica del texto. Mazzucchelli A, tradutor. México: Universidad Iberoamericana; 2007.

Le Goff J. História e memória. Leitão B, Ferreira, I, 4.ª ed. Campinas: São Paulo: EDUNICAMP; 1996.

Monte VM do. Correspondências Paulistas: as formas de tratamento em cartas de circulação pública

(1765-1775) [tese]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; 2007.

Orlandi EP. Discurso e leitura. 7.^a ed. São Paulo: Cortez; 2006.

Pons Rodríguez L. Introducción: la historia de la lengua y la historia de las transmisiones textuales. In: Pons Rodríguez L, editor. Historia de la lengua y crítica textual. Madrid/ Frankfurt: Iberoamericana/ Vervuert; 2006. p. 9-17.

Reis JJ. Recôncavo rebelde: revoltas de escravos nos engenhos bahianos. Afroásia; Salvador, 1992;15: 100 - 126.

Reis JJ. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. Revista USP; São Paulo, dezembro/fevereiro de 1995-1996; 28:14-39.

Said EW. O regresso à Filologia. Humanismo e crítica democrática. Eichenberg R. São Paulo: Companhia das Letras; 2007.

Sanchis AM. La Carta, fuente de conocimiento histórico. Revista de História Moderna. València: Universitat de València, 2000; 18:13-26.

Tavares LHD. História da Bahia. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA; 2008.